

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM FOZ DO IGUAÇU: OLHARES E PERCEPÇÕES NECESSÁRIAS PARA O AGIR**FIELD EDUCATION IN FOZ DO IGUAÇU: LOOKS AND PERCEPTIONS NEEDED TO ACT****EDUCACIÓN DEL CAMPO EN FOZ DO IGUAÇU: PERCEPCIONES PARA ACTUAR**

Gisele de Souza Gonçalves¹
Fernando José Martins²

RESUMO

Este relato tem o objetivo de apresentar um projeto de formação continuada tendo como foco a Educação do Campo, bem como, em seu desenvolvimento, discutir ideias sobre este espaço que precisa ser mais bem compreendido pelos sujeitos da educação. É necessário, antes de aprofundar qualquer análise, identificar que o campo e a cidade possuem fronteiras diversas as quais nem sempre são perceptíveis, para entendê-las nesse espaço do campo usaremos os autores José de Souza Martins e Durval Muniz Albuquerque Jr., cujas pesquisas podem favorecer a compreensão desse lugar, que para nós, muitas vezes é construído por estereótipos. E para que estes sejam desconstruídos, a fim de entendermos de maneira mais adequada a Educação do Campo, abordaremos autores como Miguel Gonzalez Arroyo e Fernando José Martins, que têm produzido a respeito dessa categoria.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação continuada; Escola.

ABSTRACT

This report aims to present a project of continuing education focusing on Field Education, as well as, in its development, to discuss ideas about this space that needs to be better understood by the subjects of education. Before deepening any analysis, it is necessary to identify that the countryside and the city have different boundaries which are not always noticeable. To understand them in this space of the countryside we will use the authors José de Souza Martins and Durval Muniz Albuquerque Jr., whose research they can favor the understanding of this place, which for us, is often built by stereotypes. And in order for them to be relaxed, in order to better understand Rural Education, we will approach authors such as Miguel Gonzalez Arroyo and Fernando José Martins, who have produced about this category.

Keywords: Field Education; Continuing education; School.

¹ Doutoranda e Mestre pelo Programa Interdisciplinar em "Sociedade, Cultura e Fronteiras" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Graduada em Letras Português e Espanhol (2005) pela mesma universidade. Professora na rede municipal de ensino do Foz do Iguaçu. E-mail: giselesouzag@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: fernandopedagogia@yahoo.com

RESUMEN

El objetivo de este informe es presentar un proyecto de educación continua centrado en la educación del campo, así como, en su desarrollo, discutir ideas sobre este espacio que los sujetos de la educación deben comprender mejor. Antes de profundizar cualquier análisis, es necesario identificar que el campo y la ciudad tienen límites diferentes que no siempre son perceptibles, para comprenderlos en este espacio del campo usaremos a los autores José de Souza Martins y Durval Muniz Albuquerque Jr., cuyos estudios pueden favorecer la comprensión de este lugar, que para muchos se construye con estereotipos. Y para que se relajen, para comprender mejor la educación del campo, nos acercaremos a autores como Miguel González Arroyo y Fernando José Martins, que han producido sobre esta categoría.

Palabras clave: Educación del campo; Educación continua; Escuela.

INTRODUÇÃO

Este relato se justifica pela necessidade de relatar como temos entendido a Educação do Campo e proposto uma formação continuada que atenda aos seus sujeitos na cidade de Foz do Iguaçu. Algumas reflexões sobre como este espaço precisa ser mais bem compreendido pelos sujeitos da educação – secretarias de educação, professores, pedagogos e gestores – nos motivou a fazer leituras sobre o tema e também visitas nas escolas do campo da cidade em questão.

A importância da extensão universitária e do diálogo entre os sujeitos, os quais estão intrinsecamente relacionados, se materializa quando ensino superior e rede municipal de ensino buscam maneiras de entender seus espaços e como eles podem interagir a favor da comunidade acadêmica e externa.

Em 2017, a direção e a assessoria pedagógica do campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – campus de Foz do Iguaçu – junto com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) da cidade iniciaram encontros de diálogos, a fim de formalizar parcerias que possibilitassem formações continuadas. Algumas foram feitas em formato de palestras e oficinas de acordo com as demandas apresentadas pela equipe da SMED. Mas, no primeiro semestre de 2018, algo mais pontual e numa perspectiva de formação continuada e de pós graduação foi construído a partir da demanda trazida por uma professora da equipe da SMED em relação às escolas chamadas de pequeno porte, localizadas em áreas rurais e/ou mistas.

Dessa forma, iniciou-se a construção de uma formação continuada que seria possível de acordo com a quantidade de professoras e professores envolvidos, bem como com a qualidade que a Educação do Campo merece. Sem dúvida, todas as escolas merecem formação continuada de qualidade e coerente com seu contexto, no entanto, em virtude do grande número de professoras e professores das escolas convencionais do município, não seria possível que tal formação fosse ofertada a toda rede, pois a dinâmica e logística para que tal formação continuada pudesse ser realizada no período em que se propôs às escolas de pequeno porte seria incoerente, além do que a própria universidade não teria como ofertar curso de formação no mesmo formato.

Vale também destacar aqui que as escolas do campo – e, no caso do município em questão, as de pequeno porte – não têm a mesma dinâmica de escolas convencionais, algumas também têm salas multisseriadas e menos funcionários que as escolas urbanas. A gestão

municipal com a intenção de atender melhor a essas escolas têm apoiado a universidade em tal projeto a fim de ser referência na iniciativa e reconhecer o valor dessas comunidades.

Em Foz do Iguaçu, temos 50 escolas do ensino fundamental I, destas, 4 escolas são consideradas de pequeno porte pela SMED, sendo uma formalmente³ do campo. As escolas a que nos referimos são: Escola do Campo Brigadeiro Antônio Sampaio; Escola Municipal Eleodoro Ébano; Escola Municipal Ceres de Ferrante; e Escola Municipal Princesa Isabel. Destacamos aqui que, em 2018, havia uma escola – Escola Municipal Anita Garibaldi – que pertencia a este grupo (pequeno porte), porém, foi fechada ao fim daquele ano.

É preciso identificar que o campo e a cidade possuem fronteiras diversas as quais nem sempre são perceptíveis, assim, usamos obras de José de Souza Martins e Durval Muniz Albuquerque Jr., cujas pesquisas nos favorecem quanto ao que buscamos, pois a compreensão desse lugar – campo – muitas vezes é construída a partir de preconceitos que surgem por meio de estereótipos, os quais representam a falta de entendimento sobre o campo e seus sujeitos. Para entender o que é educação do campo e apresentar reflexões sobre esta, destacamos dois autores – Miguel Gonzalez Arroyo e Fernando José Martins – que têm produzido a respeito dessa categoria.

Em desenvolvimento apresentamos algumas reflexões sobre o conceito de Educação do Campo, suas características e também elementos que nos fizeram pensar sobre espaço e fronteiras. Além das experiências que tivemos sobre a construção de nossa proposta.

Nas considerações, fazemos uma breve análise sobre o tema e as possibilidades que a pesquisa e a extensão podem oferecer às comunidades periféricas, citando um excerto de Carlos Brandão, o qual é referência na metodologia pesquisa participante, que permite desenvolver a pesquisa acadêmica e científica a partir da integração entre pesquisadores e pesquisados, valorizando as construções sociais entre os sujeitos e seus espaços.

DESENVOLVIMENTO

Quando o assunto é educação há muitas opiniões, inclusive de pessoas não especializadas, e quando se fala em educação para as populações do campo, além de opiniões variadas, há também muito preconceito. De fato, no cenário atual, existem fronteiras entre o campo e a cidade, sejam elas geográficas, linguísticas, culturais, e elas representam mais desencontros que encontros. Este relato aponta reflexões sobre a Educação do Campo e suas características, ainda pouco percebidas e valorizadas intencionalmente ou não.

Para melhor entendermos como o conceito de fronteira é posto aqui, citamos José Martins, o renomado sociólogo brasileiro que a define como:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só

³ Usamos o termo “formalmente” considerando sua documentação perante o Núcleo Regional de Educação, já que as demais são consideradas urbanas perante o mesmo órgão.

tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos (MARTINS, 1996, p. 27, grifos do autor).

O que é possível identificar – por meio de leituras sobre o tema e também observando as escolas do campo da cidade de Foz do Iguaçu – é que as orientações didáticas, planejamento e conteúdos relacionados a essas escolas muitas vezes são os mesmos direcionados a escolas maiores e predominantemente urbanas. No entanto, a organização das turmas e coordenação pedagógica são muito distintas das escolas convencionais em relação ao perfil dos alunos e suas famílias, à sociabilidade, ao espaço, à organização escolar e à comunidade a que pertencem.

A Educação do Campo é uma modalidade que visa desenvolver o processo de ensino e aprendizagem considerando a realidade em que o aluno está envolvido e as condições econômicas e culturais de sua comunidade que se difere da escola urbana e convencional. Assim, não entendemos como adequado um sistema que reproduza o tempo e espaço urbano a um ambiente que é distinto em sua organização, espaço e sujeitos. É válido destacar que também compreendemos a singularidade de cada espaço escolar, seja ele urbano ou rural, porém, neste relato apresentamos as características de escolas “no campo”, as quais muitas vezes não são “do campo”.

De acordo com Marlene Ribeiro (2013), professora do programa de pós-graduação da UFRGS e autora de vários livros sobre educação do campo e educação popular, a escola pública é conquista de movimentos de trabalhadores, assim também entendemos a necessidade desse reconhecimento e de fazer da escola um espaço de construção de identidade e de conhecimento em que seus sujeitos estejam ativos no processo de ensino e aprendizagem e não passivos e receptores de conteúdos sem a percepção de sua ação na sociedade.

A crítica que fazemos à concepção de educação reduzida ao espaço e ao tempo de escola não significa negar a instituição escola ou deixar de reconhecer a sua importância para os trabalhadores do campo e da cidade, principalmente o direito à educação que é universal. Mais do que uma promessa da modernidade, a escola básica pública é uma conquista dos movimentos operários revolucionários, em lutas que se estenderam de meados do século 19 a meados do século 20. Nosso propósito, na tentativa de construir a concepção de educação popular é resgatar a relação da educação com o mundo do trabalho, onde se constituem os sujeitos políticos coletivos que, nas suas práticas sociais e pedagógicas, definem essa educação popular (RIBEIRO, 2013, p. 49).

Considerar as características dessas escolas e favorecer a estas comunidades uma educação de qualidade e que promova a cidadania corresponde ao direito que os sujeitos têm quanto seu desenvolvimento intelectual e social. Não se trata de criticar a escola, mas ocupá-la, fazer desse espaço um ambiente de conhecimento e reconhecimento sobre seus sujeitos, suas produções econômicas e culturais, seus saberes e suas vivências, espaço no qual se relacione o conhecimento científico com seu conhecimento de mundo.

A necessidade desta reflexão cabe não apenas às instituições responsáveis pela organização escolar, mas a toda a comunidade escolar que, muitas vezes, não compreende a relevância de se manter esses espaços, sugerindo ou apoiando ações que inviabilize a existência de escolas no campo, e/ou ainda não identificando que estas sejam do campo.

Vale destacar que a própria Constituição respalda o direito à educação como exercício da cidadania e desenvolvimento intelectual e cultural, bem como o preparo para o trabalho:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

A partir desta legalidade cabe estudar como a educação a essas populações está sendo realizada, buscando compreender como ela é entendida pelos responsáveis e sujeitos da educação escolar. Vale ressaltar que é preciso entender esta dinâmica para perceber as lacunas de sua prática e foi um processo que vivenciamos junto às professoras e gestoras dessas escolas, além de alguns membros da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu.

Uma das obras relevantes para o estudo é “Por uma educação do campo”, organizada por Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salette Caldart e Mônica Castagna Molina. O livro é a coletânea de produções realizadas a partir de uma conferência, em 1998, com o mesmo nome. Arroyo (2011), aponta os seguintes questionamentos em um dos artigos do livro:

Como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rurais? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p.81, grifos do autor).

Arroyo (2011) destaca assim o preconceito de que falamos no início desse artigo, no qual o sujeito do campo é visto com o estereótipo de atrasado, de ingênuo e inferior ao homem urbano. Dessa forma, o sujeito diferente daquele que vive nos espaços urbanos sofre pela falta de alteridade entre os grupos distintos e acaba sendo excluído de seus direitos defendidos na própria constituição – educação de qualidade e permanência na escola – pois, à medida que estes sujeitos não são vistos e percebidos de acordo com as características de seu modo de vida e das condições de seu espaço, a educação que recebem não possuirá a qualidade coerente e desencadeará a evasão escolar, a qual é maior nas áreas rurais que nas urbanas. Lembramos aqui o caso de uma aluna que frequentava uma das escolas que visitamos – a qual foi fechada em 2018 –, ela caminhava quilômetros até a escola que tinha características do campo, apesar de sua casa ter um acesso mais rápido devido à linha do ônibus escolar da rede estadual que

poderia levá-la a outra escola que era bem maior e urbana. Ou ainda o caso da família cuja mãe foi aluna de uma dessas escolas visitadas e atualmente mora com os filhos em um bairro urbano, mas fez a opção de – após o insucesso do filho na escola urbana – matricular seu filho na escola do campo. Afinal, qual a relação desses dois casos com o que abordamos anteriormente? O acolhimento de alunos advindos de famílias do campo está muito aquém do que estas famílias e suas crianças recebem nas escolas de suas comunidades predominantemente rurais.

A autora Roseli Salette Caldart, assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Itterra-UnB-MEC), destaca a legitimidade do movimento a favor da identidade da educação do campo, para ela:

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2011, p.149-150, grifos da autora).

Para que se entenda a educação *do e no* campo é preciso não só olhar, mas perceber esse espaço de acordo com suas necessidades e características. Fernando José Martins, pesquisador e doutor em Educação, considera que

A primeira característica a ser apontada trata das condições adversas que os sujeitos do campo encontram frente à realidade escolar por eles vivida. Tal realidade, precarizada, aponta algumas “lições” para a universalização da ocupação da escola, pois mostra que adversidades estruturais não são determinantes de ausência da ação. Bem pelo contrário, no caso da Educação do Campo, foi em um período de adversidade na realidade brasileira, de intensificação das políticas de Estado mínimo, de criminalização dos movimentos sociais (em particular na questão educativa), período de “enxugamento” das escolas na zona rural, que o movimento “Por uma Educação do Campo” se solidificou (MARTINS, 2009, p.173).

O movimento “Por uma Educação do Campo” nos faz compreender melhor como é a realidade das escolas no campo e de que maneira podemos ver e entender melhor a categoria Educação do Campo. E é nesse sentido que percebemos que as condições dessas escolas podem, devem e merecem ser revistas, para então alcançar as mudanças necessárias a fim de favorecer uma educação de qualidade e coerente com essas comunidades, na qual elas sejam vistas, entendidas e, principalmente, os sujeitos desse processo. Martins (2009) aborda ainda a participação efetiva das comunidades nas escolas:

Em relação à situação adversa, há quase um consenso de que a educação pública brasileira encontra-se inserida em uma situação de precariedade. Fato muitas vezes utilizado como motivo para a não “ocupação” da escola, ou seja, como forte antagonista de processos de participação efetiva na vida escolar de qualidade, no sentido amplo para as escolas públicas (MARTINS, 2009, p.173).

Vale lembrar que entendemos o conceito de ocupação como o processo em que os sujeitos da escola – famílias, docente, pedagogos e gestores – possam de fato estar envolvidos

nesse espaço, ocupando-o com seus saberes, relacionando estes com o conhecimento científico, compreendendo sua existência e seu trabalho na sociedade. Nesse processo, o professor é fundamental, ele é o sujeito que deve entender e se envolver nesse espaço de educação com a comunidade escolar, orientando seus educandos a aprender sobre o mundo e sobre si mesmos. Mas como o professor pode ser esse sujeito orientador e crítico, quando muitas vezes ele, involuntariamente, não percebe esse espaço como diverso e diferente do espaço constituído pela escola convencional e urbana?

De acordo com Martins (2008), “agentes educativos externos à educação formal, como o trabalho, os movimentos sociais, a mídia não somente incidem no processo educativo, como são inseridos nos espaços de educação formal”. A partir disso, vale destacar que esses agentes constituem a formação docente, estão presentes na construção do cidadão e ainda na rotina escolar, seja de áreas urbanas ou rurais. Nesse sentido, continua o autor, “o processo de formação de professores institucional caminha para a indissociabilidade entre as esferas formal e não-formal, tanto na forma quanto no conteúdo” (MARTINS in ANGHINONI, 2008, p. 38).

Assim relacionamos o fato citado por Fernando José Martins com a crítica que Miguel Arroyo faz sobre como o homem do campo é visto tantas vezes por diferentes canais de comunicação, como o Jeca ingênuo e distante da criticidade. Há ainda outras ideias equivocadas sobre educação do campo, além do estereótipo dos sujeitos que lá vivem, ao contrário do que inclusive eu mesma pensava, as escolas do campo nem sempre estão necessariamente localizadas no espaço rural. Martins (2008) explica muito bem sobre isso:

Existem diferenças significativas entre palavras pequenas e o que elas representam. Fica claro no texto legal que a educação do campo não se restringe às delimitações geográficas. A produção da existência e a cultura são constituintes dessa identidade. Assim, há escolas do campo que se localizam no núcleo urbanizado dos municípios, contudo seus alunos são diretamente ligados à vida camponesa, principalmente em municípios que fizeram nucleação das escolas concentrando os alunos da zona rural na sede do município. Da mesma forma, existem as escolas no campo, situadas na zona rural. Essa localização não garante que a educação do campo acontece nessas escolas ligadas ao campo funcionem como uma espécie de “apêndice” das escolas urbanas, com as mesmas metodologias, conteúdos, práticas e organização da escola. Nesse emaranhado de questões como construir a educação do campo na rede convencional e estatal de ensino? É necessário que o “educador seja educado”, ou seja, o papel da formação de professores e, nesse caso específico, em maior escala, a formação continuada de professores vincula-se à necessidade de construção da identidade camponesa, que o sistema social insiste em homogeneizar, ou melhor, subsumir numa pseudototalidade massificadora (MARTINS in ANGHINONI, 2008, p. 38).

Junto ao esclarecimento sobre a localização das escolas do campo, Martins (2008) ainda aponta duas situações referentes a elas: o currículo dessas escolas e a formação do professor do campo. Como definir um currículo para a escola do campo com professores, gestores e pedagogos – de escolas, secretarias de educação, núcleos regionais de ensino – cujo o único modelo referência é da escola urbana convencional? É preciso que os sujeitos envolvidos nesse contexto educacional entendam o espaço e as pessoas que dele e nele vivem.

Sobre os espaços do campo, como são, quem os ocupa e de que forma, é válido fazer uma reflexão mais consistente. Mais do que descrever esse lugar, é preciso compreender sua dinâmica, suas características e o porquê delas. Assim é possível entender essas escolas com o

respeito e valorização que merecem. O historiador Durval Muniz Albuquerque Junior aponta algumas considerações sobre a ideia de espaço, as quais podem contribuir para a compreensão do que buscamos neste artigo:

Os espaços nascem da adoção de posturas, desde corporais até políticas e estéticas. Os espaços são posturas, são posições que se imobilizam por dado tempo, mas que se desfazem num outro momento de cambaleio e de vacilação das forças que sustentaram estas posturas. Falar de espaços como posição é falar de forças, porque são elas que sustentam e dão consistência a uma dada posição espacial. Falar de forças é falar de poder, de relações de poder, que colocam de pé uma dada posição dos espaços, uma dada distribuição, uma dada relação entre espacialidades que ganham forma nestas relações. Pensar o espaço como posição é pensar em diferentes vozes, em uma polifonia, onde de cada ponto são emitidos distintos acordes, emitidos distintos saberes, que em seu próprio conteúdo vão enunciando espaços diversos (ALBUQUERQUE, 2008, p. 73-74).

Portanto, quando falamos de espaços, neste caso do campo, precisamos entender que ele compreende um grupo amplo de sujeitos e de desenvolvimento, os quais devem ser entendidos também no contexto escolar, a fim de que essas relações sejam valorizadas e respeitadas na escola.

A partir dessas leituras, discussões, visitas e muito diálogo, construímos – ao ouvir os sujeitos dessas escolas e também a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu (SMED) – uma proposta de formação continuada em nível de especialização para professores e gestores de escolas periféricas, as quais possuem fronteiras entre o campo e a cidade, o que lhes permite ter uma singularidade no que se refere aos estudos da Educação do Campo.

Assim, desde 2018, temos feito encontros com professores, gestores e equipe da SMED, além de um conjunto de pesquisadores que buscam contribuir e construir com esses sujeitos um espaço de pesquisa e extensão, que favoreça a percepção das características reais desse espaço e de seus sujeitos, bem como de suas necessidades e potenciais.

Vale relatar aqui que ao fim de 2019, uma gestora de uma das escolas citadas pediu a nós – pesquisadores da Educação do Campo – sugestões de materiais e orientação para entender como a escola poderia deixar de ser considerada urbana para ser “do campo”, pois a partir dos encontros e leituras propostas percebeu que a escola tem fortemente as características de Escola do Campo.

Além disso, no início deste ano, tivemos uma reunião em que apresentamos a proposta formalizada da Especialização em Educação do Campo, contando com a participação de quase 40 profissionais dessas escolas de pequeno porte, os quais mostraram interesse em matricular-se no curso, o que nos motivou com quase 100% de adesão do grupo à proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo deste relato – apresentar um projeto de formação continuada tendo como foco a Educação do Campo, bem como discutir ideias sobre este espaço que precisa ser mais bem compreendido pelos sujeitos da educação – pudemos relacionar os estudos sobre espaço e educação do campo com a realidade que temos na cidade de Foz do Iguaçu.

Assim é possível avaliar melhor e de maneira mais delimitada sobre como abordar a temática com os próprios sujeitos do campo, das escolas e da educação pública – professores, coordenadores e gestores, favorecendo possíveis ações, como formação continuada e projetos de extensão nas comunidades rurais, a fim de que estes grupos possam ser mais bem atendidos nos serviços públicos disponíveis, favorecendo a formação crítica e uma melhor qualidade de vida desses sujeitos. Como lembra Brandão (1988),

do lado subalterno do mundo, das culturas das gentes das classes populares que habitam as comunidades indígenas ou rurais e vivem nas periferias proletárias, cada vez com mais força chegam perguntas que os próprios cientistas por muito tempo esqueceram de fazer (BRANDÃO, 1988, p. 10).

É por isso que nos motiva entender este espaço do campo e favorecer essas comunidades por meio de projetos coerentes. A universidade é um espaço plural onde o conhecimento construído tem o potencial de transpor ações efetivas que atendam às comunidades, ocasionando melhorias na vida daqueles que, por enquanto, estão distantes da possibilidade de frequentá-la por diversas questões. Assim pretendemos que as fronteiras geográficas, culturais, linguísticas e sociais sejam muito mais de encontros e trocas que limites para o saber e o viver melhor. Para isso, porém, é preciso compreender estes espaços e ouvir seus sujeitos, a fim de que juntos possamos participar de um processo de formação que seja significativo e relevante para a cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nos destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In **Por uma educação do campo**/ Miguel Gonzalez Arroyo; Roseli Salete Caldart; Mônica Castagna Molina (organizadores). 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. II, p.65-86.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em 28/11/18, às 23h.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma educação do campo**/ Miguel Gonzalez Arroyo; Roseli Salete Caldart; Mônica Castagna Molina (organizadores). 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. V, p.146-158.

MARTINS, Fernando José. **Ocupação da escola: uma categoria em construção**/Fernando José Martins. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

MARTINS, F. J. Formação continuada de professores, MST e escola do campo. In ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (orgs.). **Educação do campo e formação continuada de professores**: uma experiência coletiva. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social Rev. Sociol. USP**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Artigo recebido em 25 de maio de 2020

Artigo aprovado em 24 de julho de 2020